



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

PRIMEIRA PROVA ESCRITA

1. Os fundamentos da República Federativa do Brasil são:

- a) soberania, cidadania e pluralismo político;
- b) soberania, dignidade da pessoa humana, pluralismo político;
- c) valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e cidadania;
- d) soberania, cidadania, dignidade da pessoa humana, valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e pluralismo político.

2. A competência exclusiva para renovação da concessão de emissoras de rádio e televisão pertence:

- a) ao Senado Federal;
- b) à Câmara dos Deputados;
- c) ao Congresso Nacional;
- d) ao Presidente da República.

3. Não editado o decreto legislativo no prazo de 60 dias para regular os efeitos de medida provisória rejeitada ou não convertida em lei, para tais relações jurídicas resultantes de atos praticados durante sua vigência:

- a) o Congresso Nacional prorrogará o prazo por mais 60 dias;
- b) o Congresso Nacional anulará todos os efeitos resultantes de sua eficácia afastada;
- c) o Presidente da República regulará os efeitos resultantes por medida provisória;
- d) conservar-se-ão as relações jurídicas reguladas pela medida provisória extinta.

4. O planejamento econômico pelo Estado :

- a) é determinante para o setor público;
- b) é determinante para o setor privado;
- c) nunca é determinante;
- d) é determinante para o setor público e privado.

5. Para a declaração definitiva de inconstitucionalidade da lei ou ato normativo em ação direta de inconstitucionalidade, com eficácia “*ex nunc*”, será necessária:

- a) maioria absoluta;
- b) maioria simples;
- c) maioria de 2/3;

d) não é possível dar eficácia “*ex nunc*” às declarações definitivas de inconstitucionalidade.

6. A lei orçamentária anual compreenderá:

- a) orçamento fiscal, orçamento de investimentos das empresas estatais e orçamento da seguridade social;
- b) o orçamento fiscal, abrangendo este orçamento de investimentos das empresas estatais e da seguridade social, sendo, um só, portanto;
- c) o orçamento fiscal e dos investimentos estatais juntos, e o orçamento da seguridade social separado;
- d) o orçamento fiscal e da seguridade social, em conjunto, cujas receitas têm natureza social, e o das empresas estatais em separado.

7. O exercício de qualquer atividade econômica:

- a) é livre, mas depende de autorização de órgãos públicos;
- b) é livre, sem dependência de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei;
- c) é livre, não dependendo de autorização de órgãos públicos;
- d) sempre dependerá da fiscalização e permissão dos órgãos públicos.

8. O Presidente da República pode dispor mediante decreto:

- a) da organização e administração federal, inclusive a criação e extinção de órgão público, se não implicar aumento de despesas;
- b) da organização e administração federal, se não implicar aumento de despesas, nem criação ou extinção de órgãos públicos;
- c) da organização e administração federal, mesmo que implique aumento de despesas ou criação e extinção de órgãos públicos;
- d) não pode dispor da organização e administração federal sem autorização do Congresso Nacional.

9. A disposição sobre a criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública federal, é privativa:

- a) da Câmara dos Deputados;

- b) do Presidente da República;
- c) do Senado Federal;
- d) do Congresso Nacional.

10. A soberania popular será exercida pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e nos termos da lei, por:

- a) plebiscito, referendo e iniciativa popular;
- b) plebiscito e iniciativa popular;
- c) plebiscito, referendo, iniciativa popular e comícios político-partidários;
- d) plebiscito e referendo.

11. O Presidente da República, na vigência de seu mandato:

- a) não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções;
- b) pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções;
- c) só pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, se a violação for de natureza penal;
- d) só pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, se tiverem causado prejuízos a terceiros.

12. O Presidente da República pode determinar atividades nucleares:

- a) independentemente da aprovação do Congresso Nacional;
- b) com a aprovação do Senado Federal;
- c) com a aprovação da Câmara dos Deputados;
- d) com a aprovação do Congresso Nacional.

13. A participação direta ou indireta de empresas de capitais estrangeiros na assistência à saúde no país:

- a) é vedada sem exceções;
- b) é vedada, salvo nos casos previstos em lei;
- c) não é vedada;
- d) é vedada, salvo nos casos autorizados pelo Senado Federal.

14. A denúncia de irregularidades ou ilegalidade ao Tribunal de Contas da União é privativa:

- a) dos partidos políticos;
- b) dos poderes constituídos;
- c) do Ministério Público, partidos políticos e poderes constituídos;

d) não é privativa, sendo partes legítimas, inclusive qualquer cidadão, partido político, sindicato ou associação, além das autoridades constituídas, nos termos da lei.

15. As taxas de juros superiores a 12% por cento ao ano:

- a) são proibidas na Constituição, se normais, neles não estando incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referentes à concessão do crédito;
- b) são proibidas na Constituição, se normais, neles estando incluídas comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente referente aos créditos;
- c) são proibidas na Constituição, se reais, estando neles incluídos comissões e quaisquer outras remunerações direta ou indiretamente relacionados à concessão de crédito;
- d) não há proibição constitucional.

16. Assinale a alternativa correta:

- a) ao consagrar o princípio da uniformidade, o constituinte vedou a instituição pela União de preferência ou distinção regional, reforçando a igualdade federativa pretendida pelo próprio Texto Constitucional;
- b) é facultado ao Poder Executivo alterar alíquotas do imposto sobre produtos industrializados, desde que preenchidas as condições e limites estabelecidos por lei complementar;
- c) de acordo com o preceito constitucional, o imposto sobre grandes fortunas deverá ter suas alíquotas fixadas de forma a desestimular a manutenção de propriedades improdutivas;
- d) a lei não poderá atribuir ao sujeito passivo de obrigação tributária, a condição de responsável pelo pagamento de imposto, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente, assegurada a imediata e preferencial restituição da quantia recolhida, caso não realizado o fato gerador presumido.

17. Com relação à competência tributária, assinale a afirmativa que está correta:

- a) os Estados entregarão aos respectivos Municípios vinte e cinco por cento dos recursos que receberem do produto de arrecadação do imposto sobre produtos

industrializados, de acordo com critérios definidos pelo Texto Constitucional;

b) a retenção ou restrição à entrega dos recursos, produto de arrecadação dos impostos sobre a renda e provento de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, atribuídos aos Estados, Distrito Federal e Municípios, é possível somente nos casos estabelecidos por lei complementar;

c) é facultado aos Estados instituírem impostos extraordinários, definidos em lei complementar, desde que sejam não cumulativos e não tenham fato gerador ou base de cálculo próprios dos discriminados na Constituição Federal;

d) os impostos extraordinários são obrigatoriamente temporários, podendo a União instituí-los, independentemente da sua competência tributária prevista pela Constituição Federal, desde que observado o princípio da anterioridade.

18. Assinale a alternativa correta:

a) uma das funções das leis complementares vem a ser adensar o modelo constitucional prefigurado de certos tributos, definindo os impostos previstos pela Constituição Federal e estabelecendo as linhas divisórias de impostos de competência das várias entidades tributantes;

b) tendo em vista o fato de o Código Tributário Nacional ter sido estatuído por meio de lei complementar, toda e qualquer alteração de suas disposições é veiculada por meio de lei complementar;

c) na ausência de disposições expressas, poderá a autoridade competente para a definição da obrigação tributária, aplicar à legislação tributária, sucessivamente, a analogia, os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade;

d) a lei tributária poderá, para definição ou limitação das competências tributárias, alterar o conteúdo e o alcance de conceitos de direito privado, ainda que expressa ou implicitamente, utilizados pela Constituição Federal.

19. Assinale a alternativa incorreta:

a) a capacidade tributária passiva depende da capacidade civil das pessoas naturais ou da administração direta de seus bens ou negócios;

b) quanto aos efeitos da solidariedade, salvo se disposições legais em contrário, a interrupção da prescrição em favor ou contra um dos devedores, favorece ou prejudica a todos;

c) salvo disposições de lei em contrário, as convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública, para a modificação da definição legal do sujeito passivo da obrigação tributária correspondente;

d) salvo disposições em contrário, a pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, a qualquer título, o fundo de comércio ou estabelecimento comercial responde pelos tributos relativos ao fundo ou estabelecimento adquiridos.

20. Está correta a assertiva que diz:

a) a obrigação tributária deve ser cumprida em decorrência de um ato praticado pela autoridade fiscal vinculada à lei, como é o caso do lançamento de ofício expedido pelo órgão competente, ou representa uma exigência incondicionada decorrente da lei, na hipótese de lançamento por homologação;

b) a obrigação acessória nasce em razão da ocorrência de um fato gerador, contudo depende sempre de uma providência a ser tomada pela autoridade fiscal;

c) a pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão ou transformação de outro ou em outra é responsável pelos tributos devidos a partir da data destes atos;

d) responsável vem a ser o sujeito que sempre aparece como integrante e participante da relação jurídica tributária constituída pelo contribuinte e Fisco.

21. Assinale a afirmativa incorreta:

a) fatos geradores denominados periódicos, complexivos, continuativos ou completivos são aqueles que representados por uma situação que se mantém no tempo a qual é mensurada em lapsos temporais, enquanto

que os denominados continuados são os que cuja realização se dá ao longo de um espaço de tempo;

b) o sujeito passivo da obrigação principal poder ser aquele devedor de uma exação tributária ou de uma penalidade pecuniária decorrente do descumprimento de uma obrigação acessória;

c) o ato jurídico que corresponda à descrição legal do fato gerador pode ter sua eficácia vinculada à ocorrência de um evento futuro e incerto;

d) a definição legal do fato gerador não releva a regularidade ou ilicitude do conteúdo ou efeitos do ato, da mesma forma que não leva em conta os efeitos reais decorrentes do fato ocorrido.

22. Assinale a alternativa incorreta:

a) ao crédito, objeto de consulta, não integralmente pago no vencimento, são acrescidos juros de mora, sem prejuízo de imposição das penalidades cabíveis e da aplicação de quaisquer outras medidas de garantia previstas na lei;

b) o mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito de compensação tributária;

c) na repetição de indébito tributário, a correção monetária deverá incidir a partir da data do pagamento indevido;

d) a importância do crédito tributário pode ser consignada judicialmente pelo sujeito passivo no caso de subordinação do recebimento ao cumprimento de exigência administrativa sem fundamento legal.

23. Assinale a alternativa incorreta:

a) o crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for a natureza ou o tempo de constituição deste, ressalvados os créditos decorrentes da massa falida e da legislação trabalhista;

b) o preceito constitucional que veda a tributação confiscatória não tem relação com sanção patrimonial imposta pelo Estado pela prática de atos ilícitos;

c) a exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias, dependentes da obrigação

principal cujo crédito seja excluído ou dela conseqüente;

d) a anistia quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa competente, em requerimento por meio do qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e requisitos previstos em lei para tanto.

24. Assinale a alternativa correta:

a) o encargo de vinte por cento, do Decreto-lei nº 1.025/69, é sempre devido nas execuções fiscais da União e substituí, nos embargos, a condenação do devedor em honorários advocatícios;

b) estão sujeitos à fiscalização tributária ou previdenciárias quaisquer livros comerciais, podendo a autoridade fiscal analisar todas as matérias que os envolvem, independentemente do objeto da fiscalização;

c) é vedado o intercâmbio de informações sigilosas, no âmbito da Administração Pública, salvo com relação à informações decorrentes da inscrição de Dívida Ativa da Fazenda Pública;

d) certidões que comprovem a quitação e regularidade de situação junto ao fisco devem ser negadas se houver débito tributário, ainda que garantido por penhora regular.

25. Assinale a afirmativa incorreta:

a) o pagamento de gratificação natalina não está sujeito à incidência de imposto de renda;

b) a prescrição se interrompe por qualquer ato inequívoco do devedor ainda que extrajudicial que importe o reconhecimento do débito pelo devedor;

c) é vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial;

d) prescreve em dois anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição de pagamento indevido.

26. Assinale a alternativa correta:

a) as contribuições de intervenção no domínio econômico de que trata o art. 149 da Constituição Federal são de competência

exclusiva da União, como instrumento de sua atuação nas respectivas áreas;

b) a licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço está sujeita à incidência do imposto de renda;

c) constitui pressuposto de ação anulatória de débito fiscal o depósito preparatório do valor do montante do débito monetariamente corrigido e acrescido de eventuais juros e multa de mora e demais encargos previstos em lei;

d) é legítima a cobrança de imposto de renda com base exclusivamente em extratos bancários.

27. Assinale a afirmativa correta:

a) a Constituição Federal proíbe a vinculação de receita de impostos a órgãos, fundo, programa ou despesa, salvo nos casos por ela ressaltados de repartição do produto de arrecadação dos impostos;

b) o agente marítimo, quando no exercício exclusivo das atribuições próprias, é considerado responsável tributário, equiparando-se ao transportador para os efeitos do Decreto-lei nº 37/66;

c) a constituição por meio de auto de infração ou notificação de lançamento do crédito tributário deve se dar no quinquênio a partir da ocorrência do fato gerador, sob pena de prescrição;

d) na execução fiscal, a responsabilidade pessoal do sócio-gerente de sociedade por quota, decorrente de violação de lei, atinge, obrigatoriamente, a meação de sua mulher.

28. Analise as afirmativas abaixo e assinale a incorreta:

a) cancelado o débito fiscal, a correção monetária relativa à restituição da importância depositada em garantia de instância, incide a partir do trânsito em julgado do feito até o efetivo recebimento da importância;

b) pendente de decisão administrativa, o débito levantado, deverá ser negada a expedição de certidão de quitação e regularidade ao contribuinte;

c) estando obrigado a observar segredo quanto a determinados fatos, em razão de cargo, ofício, função ou atividade

profissional, de acordo com previsão legal, fica desobrigado o indivíduo devidamente intimado, pela autoridade fiscal, para a prestação de informações;

d) salvo concedida por prazo certo e em função de determinadas condições, a isenção pode ser modificada por lei a qualquer tempo, observado o princípio da anterioridade previsto constitucionalmente.

29. Assinale a alternativa correta:

a) não se configura fraudulenta a alienação de bens de devedor tributário, por crédito regularmente inscrito e em fase de execução, se reservados outros bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida;

b) é abrangido pela penhora, na execução fiscal, o bem de família, definido nas disposições da Lei nº 8.009/90;

c) não são isentas de contribuição para a seguridade social, as entidades beneficentes de assistência social, salvo se incluídas na área da saúde e bem estar do menor;

d) as contribuições sociais destinadas à seguridade social somente poderão ser exigidas no exercício seguinte ao da publicação da lei que as instituiu ou modificou.

30. Assinale a afirmativa incorreta:

a) é vedada a transferência aos Estados, Distrito Federal ou aos Municípios, da atribuição arrecadatória dos impostos de competência da União, cujo produto lhes seja distribuído no todo ou em parte;

b) a competência tributária compreende a atribuição relativa à competência legislativa plena, ressalvadas as limitações contidas na Constituição Federal, Constituição dos Estados e nas Leis Orgânicas do Distrito Federal e dos Municípios, além do Código Tributário Nacional;

c) a contribuição de melhoria será determinada pelo rateio da parcela de custo da obra, a que se refere o memorial descritivo do projeto, entre os imóveis situados na zona beneficiada em função dos respectivos fatores individuais de valorização;

d) para efeito de cobrança da taxa, considera-se poder de polícia a atividade da administração pública que, limitando ou

disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente, entre outros, à segurança, higiene, à ordem e aos costumes;

31. Pode um Presidente da República editar um decreto regulatório que não esteja referendado pelo Ministro de Estado da área pertinente?

- a) não, porque se trata de ato administrativo complexo que necessita da manifestação dos dois órgãos;
- b) sim, porque a competência do Presidente independe da competência dos seus Ministros;
- c) não, porque constituiria ato administrativo ineficaz, conquanto perfeito;
- d) sim, porque decreto é ato administrativo simples que independe do referendo ministerial.

32. Havendo lei autorizadora, poderá um ente público conceder direito real de uso, para fins de urbanização, sobre bem de seu patrimônio. Isso poderá ocorrer sobre:

- a) bem público de uso comum;
- b) bem público dominical;
- c) bem público de uso especial da Administração;
- d) bem público afetado.

33. O serviço de assistência à saúde tem assento constitucional, como direito de todos e dever do Estado, sendo livre à iniciativa privada. Em face disso, diz-se que:

- a) só perderá o atributo de serviço público se o Estado transferir a sua titularidade à iniciativa privada;
- b) será sempre considerado serviço público, ainda que prestado pela iniciativa privada;
- c) trata-se de serviço público quando prestado diretamente pelo Estado;
- d) é serviço privado, ainda que prestado diretamente pelo Estado.

34. No regime jurídico do servidor público permite-se:

- a) a cumulação de dois cargos de professor com um emprego em sociedade controlada indiretamente pelo poder público;

- b) a aposentadoria compulsória aos 70 anos de idade, desde que cumpridos dez anos de exercício no serviço público;
- c) a contratação sem concurso, por tempo indeterminado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;
- d) o acesso a cargo público a brasileiros e estrangeiros, na forma da lei.

35. Legislação proíbe que propriedades vizinhas de coisa tombada coloquem anúncios ou cartazes que impeçam ou reduzam a visibilidade desta coisa tombada. Esta restrição do Estado sobre a propriedade privada caracteriza:

- a) servidão administrativa em princípio não indenizável.;
- b) tombamento não indenizável a não ser que a limitação impeça totalmente a utilização da propriedade privada;
- c) desapropriação indireta, podendo ser indenizada;
- d) servidão ou requisição administrativa, dependendo de ser, a indenização, prévia ou posterior.

36. Em relação às pessoas jurídicas de direito público da Administração Indireta é incorreto dizer que:

- a) a sua finalidade essencial é a consecução do interesse público;
- b) diferenciam-se das pessoas da Administração Direta por não ter capacidade política, apenas administrativa;
- c) submetem-se à supervisão hierárquica dos ministérios a que estejam vinculadas;
- d) podem gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.

37. Tem a Administração Pública poder para alterar unilateralmente um contrato administrativo celebrado com um particular. A não aceitação da alteração, por parte do contratado, poderá ser procedente se ele alegar que:

- a) a alteração de cláusula regulamentar foge do disposto no edital, ferindo o princípio da vinculação ao ato convocatório;
- b) a alteração ocorreu sobre cláusula econômico-financeira que não pode ser

alterada sem prévia concordância do contratado;

c) a Administração não pode se socorrer da teoria da imprevisão;

d) a alteração implica acréscimo de 40% (quarenta por cento) no objeto do contrato (reforma de edifício).

38. Pode um Município editar decreto desapropriando, por utilidade pública, imóvel rural afetado à execução do objeto social de uma sociedade de economia mista, na qual a União tem participação majoritária e controle?

a) não, porque seria ato de desrespeito à lei de desapropriação e à estrutura do estado;

b) sim, porque a desapropriação tem a ver com interesse local e se trata de imóvel de pessoa jurídica de direito privado;

c) não, porque só a União tem competência para desapropriar imóvel rural;

d) sim, desde que se trate de expropriação para reforma agrária.

39. No que tange à tipificação de ato de improbidade administrativa, é correto dizer que:

a) o enriquecimento ilícito de agente público, ainda que não se dê em razão de seu exercício funcional, caracteriza ato de improbidade administrativa;

b) conduta de agente público que atente contra os princípios da administração pública tipifica sempre improbidade administrativa;

c) ato de improbidade administrativa só o é se causar lesão ao Erário público;

d) nem toda violação da legalidade caracteriza improbidade administrativa.

40. A edição, pelo Estado brasileiro, de normas interventivas, de caráter cogente (tabelamento ou congelamento de preços):

a) é legitimada pela legislação de defesa do consumidor;

b) caracteriza intervenção regular no domínio econômico baseada no planejamento estatal, que é vinculativo para a atividade privada;

c) contraria os ditames constitucionais do Estado, na medida em que fere o princípio da livre concorrência;

d) tem sustento na teoria do dirigismo constitucional, para evitar, “*a priori*”, abuso do poder econômico.

41. A lei nova que estabelecer disposições gerais:

a) a par de leis especiais já existentes a estas não revoga;

b) sempre revogará as leis especiais anteriores sobre a mesma matéria;

c) somente pode revogar a lei geral anterior, continuando vigentes todas as leis especiais;

d) apenas revoga as leis especiais às quais expressamente se referiu.

42. Com objetivo científico ou altruístico pode-se dispor para depois da morte:

a) do próprio corpo no todo ou em parte, a título gratuito ou oneroso, sendo essa disposição revogável;

b) apenas de partes do corpo, a título gratuito ou oneroso, sendo essa disposição irrevogável;

c) apenas de partes do corpo, desde que gratuitamente e essa disposição é irrevogável;

d) do próprio corpo, no todo ou em parte, gratuitamente, sendo essa disposição revogável.

43. É nulo o negócio jurídico:

a) celebrado por pessoa absoluta ou relativamente incapaz;

b) simulado, mas subsistirá o que se dissimulou se for válido na substância e na forma;

c) realizado em estado de perigo ou quando ficar configurada lesão usurária;

d) a título gratuito ou a título oneroso se realizado pelo devedor insolvente ou que em razão do negócio for levado à insolvabilidade.

44. Para exigir a pena convencional por descumprimento de obrigação, não é necessário que o credor alegue prejuízo:

a) por isto é sempre considerada como indenização máxima, sendo inválida a cláusula prevendo ressarcimento suplementar;

b) porém se o prejuízo exceder ao previsto na cláusula penal sempre o credor poderá exigir indenização suplementar;

c) mas o Juiz deverá reduzi-la se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio;

d) mas não pode exceder a 2% (dois por cento) do valor da obrigação.

45. Os elementos acidentais do negócio jurídico podem afetar sua validade ou comprometer sua eficácia, em determinadas situações. Assim:

a) sobrevindo condição resolutiva em negócio jurídico de execução continuada ou periódica, a sua realização, salvo disposição em contrário, não tem eficácia quanto aos atos já praticados, ainda que incompatíveis com a natureza da condição pendente;

b) considera-se não escrito o encargo ilícito ou impossível, salvo se constituir o motivo determinante da liberalidade, caso em que se invalida o negócio jurídico;

c) ao titular do direito eventual, nos casos de condição suspensiva ou resolutiva, não é permitida a prática de atos destinados à sua conservação ou execução;

d) não tendo sido estipulado prazo para sua execução, os negócios jurídicos celebrados entre vivos são exequíveis trinta dias após a data da celebração.

46. Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido:

a) porém, não caberá a restituição por enriquecimento, se a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido;

b) porém, somente é devida a restituição nos casos em que não tenha havido causa que justifique o enriquecimento, e não quando esta tenha deixado de existir;

c) porém, se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, e esta perecer, já não subsiste a obrigação de restituir;

d) porém, se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, e esta perecer, a restituição se fará pelo valor do bem na época em que foi adquirido por aquele que sem justa causa o tinha em seu poder.

47. O prazo para pleitear a anulação do negócio jurídico é:

a) prescricional;

b) decadencial;

c) peremptório;

d) preclusivo.

48. Aquele que semeia, planta ou edifica em terreno alheio:

a) ganha, em desfavor do proprietário, as sementes, plantas e construções;

b) perde, em proveito do proprietário, as sementes, plantas e construções;

c) perde, em proveito do proprietário o que plantou e construiu, mas tem direito à indenização, caso tenha procedido de boa-fé;

d) deverá pagar ao proprietário pelas benfeitorias realizadas no imóvel sem a devida autorização.

49. No que tange aos princípios fundamentais que norteiam as leis processuais civis, indique a alternativa correta:

a) o princípio dispositivo se caracteriza pela liberdade que tem o indivíduo que integra uma relação jurídica processual, no que diz respeito à iniciativa de instaurar o processo, produção de provas, assim como de renunciar à tutela jurisdicional para a defesa de direito patrimonial privado;

b) o princípio da verdade real assegura ao juiz o livre convencimento, baseado na verdade material e na verdade presumida por prévio critérios de valoração dos elementos probatórios;

c) em decorrência do princípio da recorribilidade, fica assegurada às partes, sem exceção, a dualidade de instâncias, para garantia do direito de recurso;

d) em razão da exigência constitucional que prescreve a motivação das decisões e atos jurisdicionais, toda decisão deve ser motivada, devendo o magistrado se pronunciar sobre todas as questões e dispositivos legais trazidos pelas partes.

50. Assinale a afirmativa incorreta:

a) o processo é dividido em várias fases, a saber, pedido do autor e contestação do réu, solução das questões meramente processuais,

produção probatória, prolação da sentença, devendo em cada fase processual própria, serem exercitados os atos processuais, sob pena de preclusão;

b) o estatuto processual civil ao estabelecer e estruturar as competências, assim como ao disciplinar os meios de controle da incompetência do juízo, faz prevalecer a norma constitucional que garante o juiz natural;

c) a interpretação de modo sistemático e aplicação adequada da lei processual asseguram, de forma indireta, a efetividade das garantias e dos princípios constitucionais;

d) o Código Processual Civil proclama explicitamente todos os preceitos constitucionais regentes do processo para a defesa e garantia dos direitos individuais das partes.

51. Ao Poder Judiciário são atribuídas, ao lado das funções típicas, outras funções em que há o predomínio do caráter administrativo, daí é correto afirmar que:

a) está-se diante da chamada jurisdição voluntária, que sob o *prima material* é de caráter administrativo, mas formalmente judiciário, no qual prevalece a vontade do juiz como substituto da vontade das partes;

b) nestes casos não há lide nem partes, mas apenas um negócio jurídico processual, envolvendo o juiz e os interessados, sendo considerada correta a terminologia usada pelo legislador ordinário, qual seja, procedimento;

c) embora sem as características da jurisdição contenciosa, por ser ato emanado do Poder Judiciário representa um verdadeiro processo, vez que deve o juiz obedecer critério da estrita legalidade, incorrendo em erro o legislador ordinário ao denominá-la de procedimento;

d) não cabe a produção de provas pelos interessados, em decorrência do fato de inexistir partes, cabendo apenas ao juiz investigar livremente os fatos apresentados ordenando de ofício quaisquer diligências que achar necessárias.

52. Com relação a honorários advocatícios, assinale a afirmativa que não se apresenta

correta com o entendimento pacificado pelos Tribunais Superiores:

a) são cabíveis honorários advocatícios fixados em salários mínimos de acordo com o grau de zelo do profissional, natureza e importância da causa;

b) os honorários advocatícios em desapropriação direta são calculados sobre a diferença entre a indenização e a oferta, corrigidos monetariamente;

c) os honorários advocatícios em ações previdenciárias não incidem sobre prestações vincendas;

d) é permitida a cumulação de multa contratual com honorários advocatícios, após o advento do Código Processual Civil vigente.

53. No que respeita à competência, está incorreta a afirmação:

a) embora seja determinada a competência no momento em que a ação é proposta, a alteração do domicílio do réu é relevante para fins de modificação da competência;

b) o juiz da comarca desmembrada onde se situa o imóvel é competente para processar e julgar causa pendente que verse sobre direito de propriedade, pois nesta matéria a competência do "*forum rei sitae*" é absoluta, tornando-se inaplicável o princípio da "*perpetuatio jurisdictionis*";

c) no caso de litisconsórcio facultativo, com o desmembramento de um processo em vários, o juiz que determinou a medida é competente para o julgamento de todos os processos desmembrados;

d) a ação intentada perante tribunal estrangeiro não induz litispendência, da mesma forma que não veda a autoridade judiciária brasileira de conhecer a mesma causa e as que lhe são conexas.

54. Quanto a prazos, assinale a assertiva que não é correta, de acordo com o disposto no CPC e o entendimento pacificado nos tribunais superiores:

a) nas ações que não têm curso nas férias não serão nulos os atos processuais nelas praticados, porém o prazo somente começará a correr no dia seguinte ao primeiro dia útil,

subentendendo-se que neste (primeiro dia útil) o ato foi praticado;

b) quando a intimação ou a publicação com este efeito tiver lugar na sexta-feira, o prazo judicial terá início na segunda-feira imediata, salvo se não houver expediente, quando o prazo terá início no primeiro dia útil que se seguir;

c) não havendo dispositivo legal o juiz poderá determinar o prazo para a prática de um ato processual, tendo em vista a complexidade da causa, contudo, em qualquer grau de jurisdição o juiz não poderá exceder os prazos previstos pelo estatuto processual;

d) a superveniência de férias suspenderá o curso do prazo judicial; o que lhe sobejar recomençará a correr do primeiro dia útil seguinte ao termo das férias.

55. Considerando as afirmativas abaixo indicadas, assinale a alternativa incorreta:

a) extingue-se o feito, com o julgamento do mérito, quando o juiz pronunciar a decadência ou prescrição, que devem ser obrigatoriamente apreciadas antes do saneamento do processo;

b) os representantes judiciais da União, autarquias, fundações e empresas públicas federais ficam autorizados a conciliar, transigir ou desistir, nos processos de competência dos Juizados Especiais Federais;

c) a extinção do processo, quando o juiz verificar ausência de um dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento do válido e regular do feito, dependerá de intimação pessoal do autor;

d) da decisão que decreta a prescrição, pondo termo ao processo, cabe apelação, da decisão que a rejeitar, cabe agravo.

56. Tendo em vista a posição sumulada pelos tribunais superiores pátrios, assinale a alternativa correta:

a) prescreve a execução de sentença em cinco anos, independentemente do prazo de prescrição da ação de conhecimento;

b) ainda que proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora da citação por motivos inerentes ao mecanismo da Justiça, justifica o acolhimento de arguição de prescrição ou de decadência;

c) prescreve em vinte anos a ação de cobrança de crédito previdenciário contra a Fazenda Pública;

d) a ação de desapropriação indireta prescreve em vinte anos.

57. Assinale a alternativa incorreta:

a) não se devolve a questão relativa à fixação de honorários, quando na apelação não houver pedido específico a respeito da matéria na exposição das razões do pedido;

b) serão objeto de apreciação pelo tribunal, somente os fundamentos acolhidos pela sentença recorrida, ainda que outros tenham sido objeto de discussão nos autos, e de impugnação nas razões do apelo;

c) no caso de extinção do feito sem o julgamento do mérito, deverá, sempre, o tribunal, reformando a sentença recorrida, devolver ao autos ao juiz “*ad quo*”, para a apreciação do mérito;

d) os embargos de declaração interrompem o prazo para a interposição de qualquer outro recurso por qualquer das partes.

58. Assinale a afirmativa correta:

a) cabem embargos infringentes de acórdão não unânime que, em grau de apelação, tenha mantido a decisão de mérito recorrida, se o desacordo for parcial, os embargos deverão se restringir à matéria objeto da divergência;

b) cabe unicamente o recurso extraordinário, ainda que a decisão recorrida contenha também fundamento de ordem infra-constitucional a ser impugnada pela parte interessada;

c) com exceção do agravo de instrumento, o recurso será considerado tempestivo se protocolado no órgão judiciário no prazo estabelecido pela lei processual;

d) o agravo retido, após preparado será apreciado pelo tribunal se a parte requerer expressamente nas razões ou na resposta da apelação, a sua apreciação.

59. Com referência à desapropriação, é incorreto afirmar que:

a) os bens expropriados, ainda que incorporados à Fazenda Pública, poderão ser objeto de reivindicação, se fundada em nulidade do processo de desapropriação;

- b) o depósito do preço fixado pelo juiz da causa é considerado pagamento prévio da indenização;
- c) é permitida a ocupação temporária que será indenizada, afinal, por ação própria de terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização;
- d) a ação de desapropriação poderá ser proposta durante as férias forenses, e não se interrompe pela superveniência destas.

60. Considera-se correta a alternativa:

- a) responde a totalidade dos bens do devedor pelo pagamento de crédito da Fazenda Nacional, sem exceção e independentemente de ser ou não bem de família;
- b) a apelação de sentença que rejeita liminarmente os embargos à execução será recebida somente no efeito devolutivo;
- c) o representante judicial da Fazenda Pública será sempre intimado, pela imprensa oficial, da realização de leilão, com antecedência mínima de dez dias;
- d) a massa falida, na execução fiscal, não está sujeita ao pagamento do encargo do Decreto-lei nº 1.025/69, quando rejeitados os embargos à execução.

61. É incorreto afirmar:

- a) o cônjuge do executado, ainda que intimado da penhora de imóvel do casal, pode opor embargos de terceiro para a defesa de sua meação;
- b) é caso de não cabimento de exceção de pré-executividade se apresentadas questões que dependam de exame de provas;
- c) a atual jurisprudência, de modo pacífico, tem admitido a oposição de embargos de terceiro fundados em alegação de posse advinda de compromisso de venda e compra de imóvel ainda não registrado;
- d) decisão que indefere a exceção de pré-executividade deve ser desafiada por meio de interposição de apelação.

62. Está incorreta a assertiva:

- a) o Ministério Público acompanhará a ação popular, cabendo-lhe apressar a produção de provas e promover a responsabilidade civil e criminal daqueles que nela incidirem, podendo, ainda com base nas provas

produzidas nos autos, assumir a defesa do ato impugnado ou dos seus autores;

- b) na ação popular a declaração de nulidade dos atos administrativos está condicionada à conjugação de dois requisitos, a saber, irregularidade do ato e lesão ao patrimônio estatal ou das entidades indicadas por lei;
- c) embora não tenha o Ministério Público legitimidade para propor ação popular, pode ajuizar ação civil pública para a tutela de certos direitos tuteláveis por ação popular;
- d) a ação civil pública poderá ter por objeto a condenação em dinheiro ou o cumprimento de obrigação de fazer ou não fazer, decorrentes de danos morais ou patrimoniais causados, contudo, não é cabível para veicular pretensões que envolvam tributos ou contribuições previdenciárias.

63. Assinale a assertiva correta:

- a) o pedido de reconsideração na via administrativa interrompe o prazo para a impetração da segurança;
- b) a decisão denegatória do mandado de segurança, fazendo coisa julgada, não impede o impetrante de usar da ação própria;
- c) de acórdão proferido em mandado de segurança não são admitidos embargos infringentes;
- d) cabe a execução provisória de sentença concessiva de segurança, que tenha por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento ou concessão de aumento ou extensão e vantagens.

64. Em relação à expulsão de estrangeiro do território nacional é correto afirmar que:

- a) é possível a expulsão, desde que conveniente ao interesse nacional ainda que haja processo ou tenha ocorrido condenação do estrangeiro;
- b) o estrangeiro, enquanto não se efetiva a expulsão, poderá ser recolhido à prisão por ordem do Ministro da Justiça, pelo prazo de 60 dias;
- c) a competência para realizar a medida de expulsão é do Ministro da Justiça “*ad referendum*” do Presidente da República;
- d) cabe nas hipóteses de entrada ou estada irregular de estrangeiros, de prática de fraude

a fim de obter entrada ou permanência no Brasil, ou de conduta nociva à conveniência e aos interesses nacionais.

65. Compete a celebração de tratados, convênios e atos internacionais:

- a) ao Presidente da República após a aprovação do Congresso Nacional;
- b) ao Presidente da República “*ad referendum*” do Senado Federal;
- c) ao Presidente da República “*ad referendum*” do Congresso Nacional;
- d) ao Presidente da República após a aprovação da Câmara dos Deputados.

66. Compete a autorização para que tropas estrangeiras possam permanecer temporariamente em território nacional:

- a) ao Presidente da República, após autorização do Senado Federal;
- b) ao Presidente da República, nos termos da lei complementar;
- c) ao Presidente da República, após autorização do Congresso Nacional;
- d) ao Presidente da República, nos termos da lei ordinária.

67. Nos Estados Estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, começa a vigorar:

- a) na data da publicação;
- b) 1 mês após a publicação;
- c) 2 meses após a publicação;
- d) 3 meses após a publicação.

68. Os governos estrangeiros ou as respectivas organizações de qualquer natureza:

- a) poderão adquirir bens imóveis de qualquer natureza;
- b) não poderão adquirir bens imóveis ou suscetíveis de desapropriação, exceção feita à sede das representações diplomáticas ou consulares;
- c) não poderão adquirir quaisquer bens imóveis, devendo o governo brasileiro ceder em comodato os bens imóveis necessários à delegações diplomáticas e corpos consulares;
- d) só não poderão adquirir os bens imóveis suscetíveis de desapropriação.

69. Assinale a alternativa correta:

- a) a aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% do salário de benefício, com a ressalva de que a renda mensal do benefício não terá valor inferior a um salário-mínimo e nem superior ao do limite máximo do salário de contribuição;
- b) a aposentadoria por invalidez, excluída a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 100% do salário de benefício, com a ressalva de que a renda mensal do benefício não terá valor inferior a um salário-mínimo e nem superior ao do limite máximo do salário de contribuição;
- c) a aposentadoria por invalidez, excluída a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 80% do salário de benefício, mais 1% deste, por grupo de doze contribuições, não podendo ultrapassar 100% do salário de benefício, com a ressalva de que a renda mensal do benefício não terá valor inferior a um salário-mínimo e nem superior ao do limite máximo do salário de contribuição;
- d) a aposentadoria por invalidez, inclusive a decorrente de acidente do trabalho, consistirá numa renda mensal correspondente a 80% do salário de benefício, mais 1% deste, por grupo de doze contribuições, não podendo ultrapassar 100% do salário de benefício, com a ressalva de que a renda mensal do benefício não terá valor inferior a um salário-mínimo e nem superior ao do limite máximo do salário de contribuição.

70. A empresa em débito com a Seguridade Social fica:

- a) proibida de distribuir bonificações ou dividendos aos acionistas;
- b) autorizada a atribuir cota ou participação nos lucros a sócio cotista, diretor ou outro membro de órgão dirigente, fiscal ou consultivo, ainda que a título de adiantamento;
- c) autorizada a atribuir cota ou participação nos lucros a sócio cotista, diretor ou outro membro de órgão dirigente, fiscal ou consultivo, salvo se a título de adiantamento;

d) autorizada a requerer concordata, desde que não ultrapassado o limite legal de seis meses em mora.

71. Sobre a possibilidade de transmutação de benefícios, é correto afirmar que:

- a) é irrelevante para a transmutação que se observe o princípio da norma mais favorável;
- b) somente pode ocorrer mediante iniciativa do titular;
- c) a autarquia previdenciária pode, por iniciativa própria — considerando-se a avaliação clínica do segurado — converter o auxílio-doença que vinha pagando em aposentadoria por invalidez;
- d) a transmutação só pode ser aplicada quando, ao melhorar a situação do segurado, não implicar maiores ônus aos cofres previdenciários. Nesta hipótese, fica mantido o benefício anterior, que já vinha sendo recebido.

72. O segurado “A”, domiciliado em São Vicente, propôs ação condenatória, de valor inferior a 60 salários mínimos, visando à concessão de aposentadoria por idade em face do INSS, distribuindo-a a uma das Varas da Justiça Estadual da Comarca de São Vicente. Recebendo os autos, o MM. Juiz de Direito, de ofício, declinou de sua competência para o Juizado Especial Federal Previdenciário de São Paulo, nos termos da Lei nº 10.259/01.

Assinale a alternativa certa:

- a) o juiz agiu corretamente pois, já tendo sido instalado o Juizado Especial Federal em São Paulo, é mais vantajoso para o segurado, em termos de celeridade, que seja observado o rito da Lei nº 10.259/01;
- b) o juiz agiu corretamente porque a Comarca de São Vicente pertence à Seção Judiciária de São Paulo, e já tendo sido instalado Juizado Especial Federal na Capital, estaria cessada a competência federal delegada ao Juízo de Direito da Comarca de São Vicente;
- c) o juiz agiu incorretamente pois, não tendo sido instalado Juizado Especial Federal na própria Comarca de São Vicente, a ele caberia processar e julgar o feito, nos termos do art. 109, § 3º, da Constituição Federal;

d) o juiz agiu incorretamente pois, não tendo sido instalado Juizado Especial Federal na própria Comarca de São Vicente, os autos deveriam ter sido remetidos à Justiça Federal mais próxima, qual seja, a Vara Federal da Subseção Judiciária de Santos.

73. Não é considerado tempo de contribuição para efeitos de aposentadoria:

- a) o período em que a segurada esteve recebendo salário-maternidade;
- b) o período de licença remunerada, desde que tenha havido desconto de contribuição;
- c) o tempo de exercício de mandato classista junto a órgão de deliberação coletiva, independentemente de contribuição para a Previdência Social;
- d) o tempo de serviço prestado às serventias extrajudiciais, desde que não tenha havido remuneração pelos cofres públicos e que a atividade não estivesse à época vinculada a regime próprio de previdência social.

74. Assinale a alternativa correta:

- a) a habilitação e reabilitação profissional são prestações previdenciárias na modalidade serviço que independem de carência;
- b) a habilitação e reabilitação profissional são prestações assistenciais, daí porque independem de carência;
- c) a habilitação e reabilitação profissional têm como público alvo os beneficiários portadores de incapacidade total e definitiva para o trabalho, bem como os portadores de deficiência, não sendo extensíveis aos seus dependentes;
- d) no âmbito da habilitação e reabilitação profissional, o INSS tem o dever de providenciar meios para a recuperação da capacidade laboral do segurado, recolocando-o no mercado de trabalho.

75. No que tange à pensão especial paga às vítimas da Talidomida, é correto afirmar-se que:

- a) essa pensão pode ser cumulada com eventual indenização a ser paga pela União aos seus beneficiários;
- b) essa pensão pode ser cumulada com pensão por morte previdenciária deixada por cônjuge;

c) essa pensão só pode ser cumulada com aposentadoria por invalidez acidentária;
d) essa pensão não pode ser cumulada com eventual rendimento ou indenização que, a qualquer título, venha a ser paga pela União a seus beneficiários, prevalecendo, nesta hipótese, e independentemente da opção do beneficiário, a pensão especial de que trata a Lei nº 7.070/82, disciplinadora do benefício em tela.

76. No que se refere ao salário-de-contribuição, é correto afirmar-se que:

a) o décimo-terceiro salário integra o salário-de-contribuição para todos os efeitos, inclusive o cálculo do benefício;
b) o salário-maternidade não integra o salário-de-contribuição;
c) as férias indenizadas acrescidas do terço constitucional integram o salário de contribuição;
d) os valores recebidos em decorrência de cessação de direitos autorais não integram o salário-de-contribuição.

77. O aval prestado, num título de crédito, significa que a obrigação do avalista:

a) mantém-se, ainda que considerada nula por qualquer razão que não seja um vício de forma;
b) segue a mesma sorte da fiança comum, tornando-se insubsistente se houver nulidade da obrigação avalizada ou afiançada;
c) mantém-se sempre, ainda que considerada nula por qualquer razão, seja um vício de forma ou não;
d) só se mantém enquanto ele estiver vivo, não subsistindo para os seus herdeiros nem para o cônjuge sobrevivente.

78. Nas sociedades empresariais, de acordo com o novo Código Civil, a responsabilidade dos sócios é:

a) limitada à integralização da cota social, nas sociedades limitadas;
b) limitada ao valor do capital social, nas sociedades de capital e indústria, para o sócio capitalista;
c) limitada ao preço de emissão das ações subscritas ou adquiridas, nas sociedades anônimas;

d) limitada ao valor do capital social nas sociedades em nome coletivo.

79. A Lei nº 9.279, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial, conhecida como Código da Propriedade Industrial:

a) não reconhece a chamada "marca de serviço";
b) exige alguns requisitos essenciais para a consecução do registro da marca, tais como originalidade, novidade e licitude;
c) proíbe a utilização da marca genérica quando acompanhada da marca específica;
d) não permite que a propriedade do privilégio possa ser transferida por ato "inter vivos".

80. Relação jurídica de consumo, em sentido estrito, é aquela que se estabelece entre:

a) um consumidor e um fornecedor, tendo por objeto a prestação de um serviço com vínculo empregatício;
b) dois consumidores, tendo por objeto a aquisição de um produto ou a prestação de um serviço;
c) dois fornecedores, tendo por objeto a aquisição de um produto ou a prestação de um serviço;
d) um consumidor e um fornecedor, tendo por objeto a aquisição de um produto ou a prestação de um serviço.

81. Decretar-se-á a liquidação extrajudicial da instituição financeira:

a) *ex officio*, pelo Banco Central do Brasil, em razão de determinadas hipóteses previstas em lei;
b) a requerimento dos administradores da instituição, se o respectivo estatuto social lhes conferir esta competência;
c) por proposta do interventor, expostos circunstanciadamente os motivos justificadores da medida;
d) por qualquer uma das três alternativas apontadas.

82. Com relação ao crime consistente em deixar de recolher contribuição previdenciária, ou importância,

descontadas do pagamento feito aos segurados, a terceiros ou arrecadadas do público (art. 168/A, § 1º, I, do Código Penal), pode-se afirmar corretamente que:

- a) é extinta a punibilidade se o agente, notificado pela fiscalização da Previdência Social, efetua o pagamento do débito antes do oferecimento da denúncia;
- b) é extinta a punibilidade se o agente, voluntariamente, paga o devido à Previdência Social antes do início de qualquer fiscalização;
- c) é extinta a punibilidade se o agente, confessando o débito à Previdência Social, paga o devido ou obtém parcelamento antes do oferecimento da denúncia;
- d) é extinta a punibilidade se o agente, primário e de bons antecedentes, promove o efetivo pagamento do débito antes da sentença.

83. É incorreto afirmar que:

- a) a omissão de informações e a prestação de informações falsas para as autoridades fazendárias configuram crime se o agente tiver a intenção de, com tais condutas, suprimir ou reduzir a carga tributária;
- b) a condenação pelo crime de tráfico ilícito de entorpecentes deverá ser cumprida em regime integralmente *fechado*;
- c) a exportação de peles e couros de répteis e anfíbios *in bruto* sem autorização da autoridade competente e a pesca em lugares proibidos ou interditados são crimes ambientais de exclusiva competência da Justiça Federal;
- d) em se tratando de delito permanente a prescrição da *pretensão punitiva* se inicia no dia em que cessa a permanência e nesse caso a eventual reincidência do réu não gera acréscimo do prazo prescricional.

84. Em tema de prescrição assinale a alternativa incorreta:

- a) entende-se majoritariamente que em se tratando de continuidade delitiva o acréscimo decorrente da continuação não deve ser computado para fins de se apurar o lapso prescricional;
- b) em matéria de crime doloso contra a vida a prescrição da pretensão punitiva sujeita-se a

dois marcos interruptivos: a pronúncia e a decisão do Tribunal que a confirma;

c) o termo inicial da prescrição da pretensão executória coincide com a data da sentença condenatória que tenha transitado em julgado para a acusação;

d) a fuga do condenado suspende o curso da prescrição da pretensão executória do tempo restante da pena privativa de liberdade e impede a detração, no prazo prescricional, do período de prisão cautelar.

85. Assinale a alternativa correta:

a) compete à Justiça Federal o processo e julgamento do crime de roubo perpetrado contra agência do Banco do Brasil S/A por se tratar de sociedade de economista mista de que participa majoritariamente a União;

b) é da competência da Justiça Federal o processo e julgamento do crime de uso de documento de identidade expedido por órgão estadual que foi objeto de falsidade, material ou ideológica, se o mesmo for exibido perante repartição pública federal;

c) o crime de concussão é delito material e o crime de corrupção passiva é delito formal;

d) no caso de condenação por crimes previstos na Lei nº 6.368/76 pode ser decretado o perdimento de quaisquer bens, objetos ou valores, mas desde que tenham natureza, origem, porte, destinação ou uso ilícitos.

86. Quanto às penas e sua fixação:

a) fora dos casos em que a reprimenda privativa de liberdade deve ser cumprida integralmente no regime fechado por ordem da lei, o regime inicial de cumprimento de pena depende não só do *quantum* imposto na sentença, mas também da observância dos critérios previstos no art. 59 do Código Penal; entretanto no caso de condenação por mais de um crime – mesmo que em distintos processos – o regime de cumprimento das penas será feito pelo resultado da soma ou unificação delas, ainda que isso represente que todas devam submeter-se a regime mais rigoroso;

b) se o réu for *reincidente em crime doloso* não há amparo legal para que se proceda à substituição da pena privativa de liberdade

que não excede de quatro anos, aplicada por crime cometido sem violência ou grave ameaça, pelas chamadas “penas restritivas de direitos”;

c) na segunda fase da fixação da pena o juiz deve verificar a ocorrência de circunstâncias capazes de aumentar ou diminuir a pena-base, chamadas de agravantes e atenuantes, sendo-lhe desfeito, porém, considerar para esse fim qualquer outra situação além das taxativamente elencadas nos arts. 61 e 62 (agravantes) e no art. 65 (atenuantes) do Código Penal, além daquelas previstas na legislação especial;

d) o réu condenado por crime praticado com violação de dever para com a administração pública a pena igual ou superior a um ano suportará a perda de cargo ou função pública, ou mandato eletivo, por conta de automático efeito da condenação.

87. Nos crimes contra a honra praticados na imprensa a extinção da punibilidade, em abstrato, pela ocorrência da prescrição dar-se-á :

a) considerada a pena máxima prevista para o tipo legal no Código Penal;

b) qualquer que seja o tipo legal no prazo de 2 (dois) anos;

c) considerada a pena máxima prevista para o tipo legal da legislação especial;

d) qualquer que seja o tipo legal no prazo de 3 (três) anos.

88. Frente ao princípio da extraterritorialidade penal pode-se afirmar que a aplicação da lei penal:

a) não se estende fora do território nacional;

b) estende-se quanto à propriedade privada de brasileiro quando a sua embarcação esteja atracada no exterior;

c) estende-se quanto a brasileiro vítima de tortura;

d) não se estende sendo a tortura também punível no exterior.

89. Assinale a alternativa correta:

a) o réu só pode ser chamado para ser interrogado no processo uma única vez;

b) não pode haver acareação entre co-réus porque nos interrogatórios onde se

pronunciaram sobre os fatos a eles imputados não vigorou o contraditório;

c) o inquérito destinado a apuração de crimes falimentares é presidido pelo Juiz, tramita no juízo da “quebra” e nele o falido pode requerer diligências;

d) é essencial a presença de advogado para lavratura do auto de prisão em flagrante.

90. A lei estabelece a legitimidade exclusiva da defesa:

a) para ajuizar recurso em sentido estrito da pronúncia;

b) para interpor embargos infringentes;

c) para interpor agravo da decisão que impõe internação psiquiátrica do condenado se lhe sobrevém doença mental após o início da execução de pena privativa de liberdade;

d) para interpor apelação de decisão que indefere restituição de bem apreendido.

91. Assinalar a alternativa incorreta:

a) no questionário submetido aos jurados é obrigatória a colocação de quesito indagando genericamente sobre a presença, no caso sub judice, de circunstâncias agravantes e, sendo respondido afirmativamente, isso conduzirá o juiz a elaborar quesitos seguintes correspondentes a agravantes que lhe apareçam pertinentes ao caso;

b) se o instrumento estiver adequadamente instruído o tribunal que a receber poderá desde logo julgar o mérito da carta testemunhável;

c) se a condenação vem a ser imposta apenas em 2º grau de jurisdição a prescrição se interrompe na data em que se realizou a sessão de julgamento;

d) a reincidência do réu não pode ser considerada para fins de agravamento da pena pela prática de crime doloso contra a vida se não houve a respeito quesito respondido afirmativamente pelo conselho de sentença.

92. No plenário do Tribunal do Júri ocorrem:

a) interrogatório do réu, relatório do processo pelo escrivão, leitura de peças dos autos pelo juiz desde que requerida pelas partes, depoimentos e acareações, eventuais perícias,

debates, leitura de quesitos e sua votação, leitura e publicação da sentença;

b) interrogatório do réu, relatório do processo pelo juiz, leitura de peças dos autos pelo escrivão desde que requerida pelas partes ou qualquer jurado, depoimentos e acareações, debates, leitura de quesitos, leitura e publicação da sentença;

c) interrogatório do réu, leitura da decisão de pronúncia pelo juiz, leitura pelo escrivão de peças dos autos indicadas pelas partes, depoimentos e acareações, debates, leitura de quesitos, leitura e publicação da sentença;

d) interrogatório do réu, leitura do libelo e contrariedade, relatório do processo feito pelo escrivão por ordem do juiz, depoimentos e acareações, debates, leitura de quesitos, proclamação do resultado do julgamento.

93. Considere a interceptação telefônica, a quebra de sigilo bancário e a violação de correspondência e responda corretamente:

a) desde que precedida de autorização judicial a primeira é válida para produzir prova em qualquer processo, a segunda pode ser autorizada pelo juiz ou Ministério Público, e a terceira depende de autorização judicial apenas para fazer prova em processos criminais;

b) desde que precedida de autorização judicial a primeira é válida para produzir prova na instância criminal, a segunda pode ser autorizada pelo juiz, e a terceira reveste-se do caráter de absoluta ilegalidade;

c) a segunda é válida para produzir prova em qualquer processo se autorizada pelo juiz, a terceira pode ser autorizada pelo juiz desde que em favor da defesa, e a primeira pode ser feita pela Polícia com prévia autorização do Ministério Público e presidida pelo juiz;

d) podem sempre ser deferidas pelo Judiciário desde que em favor do interesse público.

94. Proferida a decisão de impronúncia (art. 409 do Código de Processo Penal) se não houver recurso do Ministério Público ou se for improvido aquele interposto:

a) opera-se a coisa julgada material e a decisão se torna inalterável, pois no âmbito do processo penal inexistente a revisão do fato pro societate;

b) enquanto não ocorrer a prescrição poderá ser reaberto o mesmo processo, pois as provas podem ser reavaliadas com novos argumentos já que para impronunciar o Juiz não está convencido da “existência do crime” ou de “indício suficiente” da autoria;

c) poderá ser instaurado outro processo contra o réu pelo mesmo fato se surgirem provas formais ou substancialmente novas, enquanto não extinta a punibilidade;

d) o Tribunal do Júri continua competente para os crimes originariamente conexos com o delito doloso contra a vida de que o réu foi impronunciado, isso porque a conexão sempre importa em unicidade de processo e julgamento e a competência do Júri prevalece sobre a de qualquer outro órgão de jurisdição comum.

95. Com relação à obrigação de indenizar pelo dano emergente do crime:

a) a decisão que reconhece a prescrição ou concede perdão judicial a evita;

b) não pode ser exigida se o juízo criminal considerou o réu inimputável por doença mental;

c) a indenização não engloba o dano moral pois este raramente pode ser avaliado economicamente;

d) a decisão penal condenatória irrecorrível é título executivo cível, mas depende de liquidação.

96. Com relação a nulidades é lícito afirmar que:

a) a apresentação de contrariedade ao libelo é ato essencial do procedimento preparatório do julgamento em plenário do Tribunal do Júri, que fica viciado caso a contrariedade não seja ofertada;

b) não há óbice à instalação da sessão do Tribunal do Júri se for constatada a presença, no mínimo, do dobro do número de jurados que devam constituir o conselho de sentença, devendo no entanto dar-se o sorteio de jurados suplentes se houver outros processos a serem julgados em sessões subsequentes;

c) se a sessão do Tribunal do Júri está em andamento e ocorre um vício, a nulidade dele decorrente deve ser argüida de imediato sob pena de operar-se preclusão e conseqüente

presunção de conformismo da parte , exceto em caso de defeito que deva ser classificado como nulidade absoluta;

d) se o acusador particular não comparecer à sessão do Tribunal do Júri em que deveria proferir a acusação por força do exercício de ação penal subsidiária gerado pela inércia do órgão ministerial em ofertar, no prazo legal, denúncia pelo crime doloso contra a vida, a sessão deve ser adiada, sendo defeso, sob pena de nulidade, atribuir ao Ministério Público a titularidade da acusação em plenário.

97. Com relação aos chamados crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores oriundos de outras infrações, tratados na Lei nº 9.613/98, é incorreto afirmar que:

- a) se o réu, citado por edital, não comparecer ao interrogatório e nem constituir defensor, será processado à revelia;
- b) não haverá concessão de liberdade provisória, ainda que sob fiança, mas não está retirada a possibilidade de o réu apelar solto;
- c) o processo e julgamento desses crimes – que é sempre da competência da Justiça Federal – dependem da apuração judicial dos delitos antecedentes, de cujo cometimento provieram os bens, direitos e valores;
- d) as medidas assecuratórias de apreensão e seqüestro dos bens, valores e direitos que são decretadas no curso do inquérito policial perdem eficácia se a ação penal não for intentada em 120 dias contados da conclusão dessas diligências.

98. Assinale a alternativa incorreta:

- a) a preempção é instituto exclusivo da ação penal privada;
- b) da decisão concessiva de reabilitação cabe remessa oficial, sob pena de nulidade;
- c) a decisão que indefere a habilitação de assistente de acusação pode ser contrastada pelo recurso em sentido estrito;
- d) o procedimento judicial referente à situação e incidentes na execução da pena pode ser iniciado também por petição do cônjuge, parente ou descendentes do sentenciado.

99. Em face ao pedido da dilação de prazo ao término da investigação policial pode-se afirmar:

- a) o prazo é exclusivo da autoridade policial;
- b) o prazo é da autoridade policial e do Ministério Público;
- c) o prazo é o que é concedido pelo Ministério Público;
- d) o prazo é o que é concedido pelo Juiz.

100. A propósito da exceção de suspeição nos procedimentos criminais é correto dizer:

- a) pode ser oposta à autoridade policial nos atos que pratica no inquérito;
- b) não pode ser declarada ao membro do Ministério Público;
- c) não pode ser reconhecida quando a parte injuriar o Juiz;
- d) não pode ser oposta, depois de precluso o seu prazo, mesmo se por motivo superveniente.

GABARITO

Após a análise dos pedidos de revisão, a Comissão de Concurso do 11º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região informa o Gabarito da Primeira Prova Escrita e suas alterações:

1-D	2-C	3-D	4-A	5-C	6-A	7-B	8-B	9-D	10-A
11-A	12-D	13-B	14-D	15-D	16-A	17-A	18-A	19-A	20-A
21-A	22-A	23-A	24-A	25-A	26-A	27-A	28-A	29-A	30-A
31 Anulada	32-B	33-C	34-D	35-A	36-C	37-B	38-A	39-D	40-D
41-A	42-D	43-B	44-C	45-B	46-A	47-B	48-C	49-A	50-D
51-B	52-A	53-A	54-C	55-C	56-D	57 B e C	58-C	59-A	60-B
61-D	62-A	63-C	64-A	65-C	66 B e C	67-D	68-B	69-A	70-A
71-C	72-C	73-C	74-A	75-B	76-D	77-A	78-C	79-B	80-D
81-D	82-B	83-C	84-D	85-B	86-A	87-B	88-C	89-C	90-B
91-A	92-B	93-B	94-C	95-D	96-C	97-C	98-C	99-D	100-C



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

SEGUNDA PROVA ESCRITA

INSTRUÇÕES

1. NÃO ABRA ESTE CADERNO ATÉ QUE SEJAM PASSADAS AS INSTRUÇÕES DA PROVA PELOS FISCAIS.

2. Este **CADERNO DE PROVA** contém três questões, sendo uma dissertação e duas perguntas.

O Caderno de Respostas contém oito folhas pautadas para as respostas e quatro folhas sem pauta para rascunho.

4. As folhas de respostas deverão ser numeradas (frente e verso) pelo candidato à medida que forem utilizadas, iniciando-se nova numeração a cada questão.

5. Ao término de cada resposta, **inicie** a outra na primeira linha da página seguinte.

6. Use somente a caneta esferográfica azul fornecida pelo Tribunal Regional Federal.

7. Os rascunhos não serão considerados para qualquer fim.

8. Permite-se a consulta de legislação desacompanhada de qualquer anotação ou comentário. Não é permitido o exame de jurisprudência, de Súmulas, ou Exposição de Motivos dos códigos. **A transgressão importará em eliminação do candidato no ato.**

9. A prova terá a duração de 4 (quatro) horas improrrogáveis.

Aguarde ordem para o início da prova.

ATENÇÃO

Não coloque, fora do quadro próprio, qualquer sinal que possa identificá-lo, sob pena de anulação de sua prova.

Será apreendida a prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro, lavrando-se o respectivo termo.

Confira, com a maior atenção, o seu caderno. **Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.**

BOA SORTE.

DISSERTAÇÃO

A teoria da imputação objetiva penal.

1ª QUESTÃO

Estabeleça o confronto e comente esses dois julgados:

"Serviço Público - Energia Elétrica - Corte no fornecimento como forma de compelir o usuário ao pagamento de tarifa ou multa - Inadmissibilidade -Atipicidade que extrapola os limites da legalidade e malfeire a clausula pétrea que tutela a dignidade humana".

"Serviço Público - Energia Elétrica - Corte no fornecimento do consumidor inadimplente Admissibilidade - Fato que não ofende o princípio da continuidade dos serviços públicos".

2ª QUESTÃO

Supondo que um cidadão teve o seu nome inscrito no SERASA e no SPC pelo fato de terem sido protestados vários cheques que haviam sido furtados no interior de uma empresa pública federal, na qual mantinha conta-corrente, projetou ação, tendo em vista os aborrecimentos sofridos com a inclusão de seu nome em registros comerciais negativos, expondo-o a situações de extremo constrangimento causado pela não aceitação de cheques de sua emissão para pagamento a estabelecimentos comerciais diversos na aquisição de produtos e serviços fornecidos por estes, fato que gerou o sentimento de dor pela permanência de tais registros negativos no cadastro dessas entidades.

A ré teria se insurgido: a) contra a pretensão do autor, sob o fundamento de que o estabelecimento bancário já providenciara, diligentemente, todas as medidas cabíveis à retirada do nome do seu cliente junto às entidades de cadastro, sustando o pagamento dos cheques, publicando o fato em jornais de grande circulação de São Paulo, comunicando a ocorrência ao telecheque e solicitando as retificações pertinentes em período inferior a 10 (dez) dias; b) contra a existência do nexu causal entre o fato (furto no interior da agência bancária) e o dano ocorrido (a inclusão do nome do autor no cartório de protesto e nas entidades de proteção ao crédito), já que tal inclusão não se deu por causa do furto e sim por motivos outros, vale dizer, a remessa dos títulos aos cartórios pelos pretensos credores, sabedores de que os cheques eram de procedência ilícita. Resolva a questão acima, comentando-a e destacando os aspectos jurídicos de maior relevância.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO

TERCEIRA PROVA ESCRITA

INSTRUÇÕES

1. NÃO ABRA ESTE CADERNO ATÉ QUE SEJAM PASSADAS AS INSTRUÇÕES DA PROVA PELOS FISCAIS.

2. Este **CADERNO DE PROVA** contém três questões, sendo uma dissertação e duas perguntas.

O Caderno de Respostas contém oito folhas pautadas para as respostas e quatro folhas sem pauta para rascunho.

4. As folhas de respostas deverão ser numeradas (frente e verso) pelo candidato à medida que forem utilizadas, iniciando-se nova numeração a cada questão.

5. Ao término de cada resposta, **inicie** a outra na primeira linha da página seguinte.

6. Use somente a caneta esferográfica azul fornecida pelo Tribunal Regional Federal.

7. Os rascunhos não serão considerados para qualquer fim.

8. Permite-se a consulta de legislação desacompanhada de qualquer anotação ou comentário. Não é permitido o exame de jurisprudência, de Súmulas, ou Exposição de Motivos dos códigos. **A transgressão importará em eliminação do candidato no ato.**

9. A prova terá a duração de 4 (quatro) horas improrrogáveis.

Aguarde ordem para o início da prova.

ATENÇÃO

Não coloque, fora do quadro próprio, qualquer sinal que possa identificá-lo, sob pena de anulação de sua prova.

Será apreendida a prova do candidato que proceder com improbidade, indisciplina ou falta de decoro, lavrando-se o respectivo termo.

Confira, com a maior atenção, o seu caderno. **Não serão aceitas reclamações formuladas após o início da prova.**

BOA SORTE.

SENTENÇA

A empresa agropecuária Mirante Ltda., sediada na capital de São Paulo, proprietária de terras situadas na Amazônia insurge-se, por meio de ação de rito ordinário, proposta em face da União Federal, do INCRA e do IBAMA, contra o coeficiente de 80% de reserva legal introduzido pelo artigo 16 da então M.P. n.º 1956-50/2000, atualmente renumerada como M.P. 2.166-67/2001, cujo dispositivo tem a seguinte dicção:

“Art. 16 As florestas e outras formas de vegetação nativa, ressalvadas as situadas em área de preservação permanente, assim como aquelas não sujeitas ao regime de utilização limitada ou objeto de legislação específica, são suscetíveis de supressão, desde que sejam mantidas, a título de reserva legal, no mínimo:

I - oitenta por cento, na propriedade rural situada em área de floresta localizada na Amazônia Legal;

II - trinta e cinco por cento, na propriedade rural situada em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, sendo no mínimo vinte por cento na propriedade e quinze por cento na forma de compensação em outra área, desde que esteja localizada na mesma microbacia, e seja averbada nos termos do § 7º deste artigo;

III - vinte por cento, na propriedade rural situada em área de floresta ou outras formas de vegetação nativa localizada nas demais regiões do país; e

IV - vinte por cento, na propriedade rural em área de campos gerais localizada em qualquer região do país”.

Tal coeficiente, anteriormente, era de 50%. Sustenta, nesse ângulo, que a majoração do percentual caracteriza desapropriação indireta e que o artigo 225, § 1º, inciso I, da C.F., impõe a responsabilidade de preservação da área de forma onerosa exclusivamente ao Poder Público e à sociedade apenas a preservação de forma não onerosa. Nesse passo, pleiteia indenização correspondente a não utilização da área, visto que, caso contrário, o proprietário arcaria com ônus pessoal e exclusivo, decorrente do impedimento de explorar 4/5 da área de sua propriedade, conformados em reserva. Considera a autora da ação haver violação ao princípio da isonomia e o efeito confisco, sobre atingir a legislação mencionada, o direito adquirido, visto que a reserva pretérita era de 50%.

Também, como causa de pedir da ação, alega que a proprietária é responsável pelo pagamento de ITR sobre a área total do imóvel, o que, no mínimo, caracterizaria imposição tributária desmedida em razão da impossibilidade de utilização plena da propriedade, pois embora pagasse tal imposto sobre 100% da área somente poderia utilizá-la em 20%, o que implicaria a tributação sem causa legal. Além do que, em relação ao ITR que lhe é cobrado no presente ano, houve decadência do crédito fiscal, uma vez que decorrente de fatos geradores ocorridos há mais de 05 (cinco) anos relativos à cobrança da dívida, eis que o declarou no exercício de 1998. Tendo em vista os fundamentos jurídicos estampados na ação, a autora declinou pedidos cumulativos no sentido de que seja considerada inaplicável a legislação provinda da M.P. supracitada por ser inconstitucional, a inexigibilidade do ITR sobre a área objeto de reserva, seja ela considerada 80% ou 50%, e o reconhecimento da decadência do tributo que lhe é exigido no exercício corrente; ainda que, caso não seja possível o reconhecimento dos pedidos anteriores, em ordem sucessiva, seja-lhe reconhecida a indenização pela perda da área explorável a ser preservada, na diferença de 50% para 80%.

Citados, os réus responderam à ação. A União Federal, em preliminares, alegou falta de pressuposto processual à ação, tendo em vista que a autora, embora tenha juntado o mandato procuratório, deixou de anexar o estatuto e a ata que comprovassem que os seus outorgantes fossem os representantes da empresa e a sua ilegitimidade “ad causam” passiva, tendo em vista que os pedidos só poderiam ser deduzidos em face dos entes autárquicos, eis que eles detêm personalidade jurídica própria e diferenciada da União, no mérito, alega que não há direito a ser reconhecido à autora, uma vez que a legislação atacada, embora tenha

11º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

força de lei, ainda é provisória, dependente da aprovação do Congresso Nacional, o que não dana direito a qualquer pleito de indenização; além do que a medida é plenamente constitucional, pois baseada nos princípios constitucionais de que a propriedade tem função social e o meio ambiente prepondera em favor da coletividade ao mero aspecto privado daqueles que querem explorar regiões que servem ao "pulmão do mundo". No tocante à demanda tributária, argumenta que não ocorreu a decadência frente a constituição do crédito tributário e que não há de se falar de imposto sem causa, pois a propriedade permanece no domínio da empresa, somente havendo restrição quanto a sua utilização.

O INCRA, em preliminares, argüi a incompetência do Juízo Federal de São Paulo, pois a autarquia tem sede em lugar diverso e somente nele poderia ser demandada, devendo de imediato ser declinada a competência ou extinto o feito quanto a ela, pois há pedidos contra réus diferentes, não tendo a inicial respeitado o artigo 292, do CPC; também, declina a ilegitimidade ativa da autora, porque nos cadastros registrais da autarquia consta como proprietária da área outra empresa que não a autora, sendo esta só compromissária-compradora da gleba; além disso, a sua ilegitimidade passiva à ação é patente, porquanto nenhum dos pedidos declinados poderia atingi-lo, eis que nada tem a ver com a indenização pleiteada e muito menos com a questão tributária discutida. No mérito, caso ultrapassados tais óbices processuais, alega que a legislação é constitucional e o tributo exigível, donde a ação deve ser considerada improcedente.

O IBAMA, em preliminares, destaca a ilegitimidade ativa da autora para a ação, posto que o órgão autárquico contra ela não tomou qualquer medida, sequer de fiscalização; aliás, por esse mesmo motivo, também se vê a sua ilegitimidade passiva, acrescido de que somente compete-lhe formular, coordenar, executar e fazer executar a política nacional do meio ambiente e da preservação, conservação e uso racional, fiscalização, controle e fomento dos recursos naturais renováveis, nos termos do artigo 2º, da Lei n. 7.735/89, não podendo arcar com as conseqüências da ação; ainda, o pedido contra si é juridicamente impossível, pois não lhe compete indenizar ou tributar proprietários rurais. No mérito, diz que o Código Florestal, Lei n. 4.771/65, já previa proibição de exploração das florestas primitivas da bacia amazônica, no percentual de 50%, sendo que a M.P. questionada somente amplia a área possível de exploração, nunca tendo havido alguma indenização em face da restrição anterior, donde a ação em tela deve ser considerada totalmente improcedente. Por fim, diz que se recusa a discutir a questão tributária, pois tal matéria não lhe pertence.

A autora replicou os obstáculos processuais e meritórios aventados pelas partes-rés, solicitando o prosseguimento da ação.

Na seqüência, instados, todos os partícipes da relação processual pediram o julgamento antecipado da lide, eis que a matéria discutida assim possibilitava, sendo que a autora, no tocante ao pedido de indenização requereu, caso fosse em sucessão reconhecido, na sentença fixasse o magistrado a sua forma de liquidação nos termos do artigo 603 e seguintes do CPC.

Tomando como base e relatório a proposição acima aventada, profira sentença (fundamentação e dispositivo) quanto às matérias ao deslinde da ação.

11º Concurso Público para Provimento de Cargos de Juiz Federal Substituto da 3ª Região

1ª QUESTÃO

A Lei n.º 9.032, de 28/4/95 alterou a redação do art. 16, da Lei n.º 8.213/91, excluindo do rol de dependentes, a pessoa designada pelo segurado. Estabelecia o revogado inciso IV, do art. 16, verbis:

Art. 16 - São beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, na condição de dependentes do segurado:

IV - a pessoa designada, menor de 21 anos ou maior de 60 (sessenta) anos ou inválida;

Tendo o segurado falecido em 10/10/03, mas designado um dependente em 17/2/93, pode-se afirmar que essa pessoa terá direito ao benefício de pensão por morte?

Justifique.

2ª QUESTÃO

Entidade federal que adjudicou imóvel em arrematação judicial pode ser obrigada a pagar as despesas de condomínio em atraso, mesmo que o débito seja anterior a aquisição? Justifique.